

“IDEOLOGIA DE GÊNERO”: PÂNICO MORAL EM VÍDEOS DA INTERNET

Helma de Melo Cardoso

(Universidade Federal de Sergipe, helma.2010@hotmail.com)

Resumo: O presente artigo busca problematizar o regime de verdades produzido e reafirmado a partir dos ataques aos estudos feministas, de gênero e sexualidade que objetivam reafirmar a heteronormatividade e as normas de gênero binárias, chamados por seus criadores de “ideologia de gênero”, a partir da análise de alguns vídeos disseminados na internet. A ideologia de gênero existe, mas não corresponde aos estudos feministas e de gênero, é apenas um dispositivo surgido para promover uma agenda antifeminista, muito conservadora e contrária aos direitos plenos a todos os cidadãos de maneira plural. Para atender ao objetivo foram selecionados os quatro primeiros vídeos de até dez minutos de duração na plataforma de internet YouTube que traziam como temática a ideologia de gênero. Em todos os vídeos encontramos os “defensores” da moral cristã e da família tradicional, que transformaram as pessoas LGBTQI e as mulheres feministas num inimigo ser combatido a qualquer custo. A ampla divulgação da falsa premissa da “ideologia de gênero” despertou um pânico moral, um retrocesso social, num momento de lutas e conquistas na promoção da igualdade de gênero e sexuais. Sem contar que a partir da promoção do alarme e pânico sociais fica cada vez menos perceptível que tais posicionamentos tiveram sua gênese na religião, contribuindo para adesão de outros setores da sociedade como políticos e gestores públicos que somam-se na luta de defesa da família tradicional. Por este motivo que é importante a introdução dos estudos de gênero nas mais diversas instâncias sociais, inclusive a escola, para disseminar um conhecimento voltado para a aceitação da diferença, visto que nestas instituições a norma repassada é a regra heterossexual, tornando-a natural e até mesmo compulsória.

Palavras-chave: Ideologia de gênero, heteronormatividade, estudos de gênero e sexualidade.

Introdução

Temos vivenciado nos últimos anos um grande ataque aos estudos, políticas e medidas que visam à igualdade e liberdade dos gêneros e da sexualidade, que vêm sendo chamado arbitrariamente de “ideologia de gênero”. Há uma invasão, principalmente nas mídias da internet de vídeos, comentários, mensagens num tom agressivo que se colocam geralmente contra as pautas da população LGBTQI¹, na justificativa de valorizar a família tradicional. O presente artigo busca problematizar esse regime de verdades produzido e reafirmado a partir dos ataques aos estudos feministas, de gênero e sexualidade que objetivam reafirmar a heteronormatividade² e as normas de gênero binárias, a partir da análise de alguns vídeos disseminados na internet.

É importante notar que este movimento de “retomada dos valores da família”, segundo Junqueira (2017) vem ocorrendo em diversos países de todos os continentes. Tais

¹ Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, queer e intersexuais.

² É a ordem sexual fundada no modelo heterossexual que se impõe por meio de violências simbólicas e físicas a quem rompe normas de gênero. (MISKOLCI, 2015).

movimentos investem numa “(re)naturalização das concepções de família, maternidade, parentesco, (hetero)sexualidade, diferença sexual” (JUNQUEIRA, 2017, p. 46) como forma de recuperar o espaço que julgam perdido pela igreja e conter os avanços de conquistas das populações LGBTQI, reforçando a heteronormatividade e as normas de gênero.

Ainda segundo esse autor o termo “ideologia de gênero” surgiu entre a década de 1990 e início dos anos 2000 no seio da Igreja Católica, espalhando-se como um slogan, havendo todo um esforço criativo e mediático eficaz com o objetivo muito claro de infiltrar-se não só em discursos religiosos, mas também figurar em espaços políticos e completa:

É um sintagma forjado para operar como uma arma política, enquanto dispositivo retórico, metadiscursivo, paródico e reacionário. Um dispositivo que, de um lado, age para conter ou anular o potencial crítico e emancipador do feminismo e dos estudos de Gênero e deslegitimar atores e reivindicações neles fundamentados. De outro enseja a valorização, o acúmulo e a recuperação de capital social e político por parte dos setores tradicionalistas e ultraconservadores – especialmente, o campo eclesástico, interessado em manter e ampliar sua influência, inclusive em temas e espaços não estritamente religiosos ou que, em sociedades laicas, não deveriam ser religiosos, como a educação e a saúde pública. (JUNQUEIRA, 2017, p. 56).

O autor deixa claro que este termo não é um conceito científico, mas uma “grotesca formulação paródica” muito eficaz para promoção de polêmicas, ridicularizações e etc. A ideologia de gênero existe, mas não corresponde aos estudos feministas e de gênero, é apenas um dispositivo surgido para promover uma agenda antifeminista, muito conservadora e contrária aos direitos plenos a todos os cidadãos de maneira plural. (JUNQUEIRA, 2015).

Um exemplo claro dessa agenda conservadora foram os debates em 2014 do Plano Nacional de Educação - PNE, documento que define diretrizes e metas para a educação no Brasil até 2020, onde houve a retirada das referências ao termo “gênero” do texto final a partir das pressões realizadas por setores religiosos e conservadores da sociedade contrários a “ideologia de gênero” que se negam a pensar as relações de gênero e a sexualidade fora do marco religioso, que culminou num retrocesso de diversas conquistas já realizadas nesse campo com relação a inclusão da temática da igualdade de gênero nas escolas de educação básica.. (ROSADO-NUNES, 2015). Segundo essa autora a desconstrução da visão biologizante da natureza dos sexos realizadas pelas mais diversas proposições feministas afeta fortemente os preceitos da igreja católica ancorados em “leis divinas” que determinam um lugar determinado biologicamente para homens e mulheres, com papéis definidos. Sendo assim,

a fragilização do modelo tradicional de família sobre o qual se assenta o edifício mais que milenar de sua institucionalidade soa como o alarme que anuncia a sua própria fragilização. A manutenção do dispositivo familiar tal qual ela ajudou a modelar é crucial para a instituição. (ROSADO-NUNES, 2015, p. 1254).

E se vendo diante dos avanços dos indivíduos livres, cada vez mais avançando em conquistas que ampliam os direitos de mulheres, pessoas homossexuais, transexuais e outros dissidentes do gênero e da sexualidade, a Igreja investiu na defesa da moralidade tanto social, como política e individual e para isso utilizou como estratégia a defesa da moral da família tradicional para que sua ação tenha maior aceitação, não só nos espaços de sua igreja, mas na sociedade como um todo.

Esse investimento ocorreu fundamentalmente na reafirmação do discurso biológico para explicação das diferenças entre os sexos, onde diferenças socialmente construídas são naturalizadas como inatas, instintivas e permanentes.

Proliferação Do sintagma da “ideologia de gênero” na media

Não obstante o combate aos estudos de gênero tenham se iniciado numa matriz religiosa, hoje podemos perceber seu enraizamento em diversos outros setores da sociedade. Todos eles parecem ter assimilado o sintagma “ideologia de gênero” tal qual objetivou a igreja católica. E hoje basta digitar as palavras “ideologia de gênero” na plataforma de internet YouTube que encontramos diversos vídeos trazendo “esclarecimentos sobre a influencia perniciosa desta ideologia”, abaixo inscrevemos os quatro primeiros, de até 10 minutos, da lista de pesquisa realizada em 06/12/2017:

Médica detona ideologia de gênero na audiência sobre a BNCC
<https://www.youtube.com/watch?v=HxeTzYL7cbM>

IDEOLOGIA DE GÊNERO - O Que Pode Causar em Nossas Crianças
<https://www.youtube.com/watch?v=pNgqMI5XrPE>

A ideologia de gênero é um câncer para as crianças
<https://www.youtube.com/watch?v=CD8hh85C9AI>

#FORABUTLER – A criadora da ideologia de gênero vem ao Brasil
https://www.youtube.com/watch?v=7I348rFI7_o

No primeiro vídeo, com um total de 364.162 visualizações, é trazido um trecho da fala de uma pessoa que se apresenta como médica que participou de uma audiência pública sobre a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) ocorridas regionalmente durante o segundo semestre de 2017, onde diversos segmentos da sociedade³ tiveram oportunidade de oferecer contribuições, apesar de não ter caráter deliberativo. Ela diz trazer fatos científicos para “desmontar um importante fundamento da ideologia de gênero, a ideia de que crianças ao nascerem são indiferentes em relação ao gênero, de que gênero é uma construção

³ Segundo informações constantes no site <http://cnebncc.mec.gov.br/>

sociocultural imposta”, traz para contrapor o argumento estudos realizados com primatas onde os machos têm preponderância de se comportarem como machos e escolherem brinquedos tipicamente masculinos, explicando que não há influência da cultura e que este estudo mostra “com clareza a força que a biologia exerce” sobre os corpos. Sendo assim, conclui que não existe justificativa para aplicar a “ideologia de gênero” nas escolas por falta de fundamentação científica.

Inicialmente é de causar estranhamento que uma figura que se proclama cientista faça referências a um termo como “ideologia de gênero”, como vimos é um termo, inventado pela igreja católica, sem referências concretas com os estudos de gênero da academia, inclusive utilizando-o em documentos como o que apresentou no vídeo. Além de que, apresenta como prova conclusiva de que o gênero tem raízes na biologia um estudo com macacos que se comportam como machos e têm predileção por brinquedos masculinos, só nos resta perguntar o que são brinquedos masculinos? São também construções biológicas? Brinquedos masculinos são sempre os mesmos em todas as culturas? Só em caso de respostas afirmativas esta teoria comprovaria uma naturalização do gênero.

A desnaturalização do gênero foi um grande desafio do feminismo, demonstrar que não são as características biológicas do corpo que definem as diferenças e as desigualdades de gênero. O termo gênero passou a ser utilizado para demarcar que não existe necessariamente correspondência entre o sexo anatômico e o gênero e daí resultar desigualdades. Assim, o termo passou a ser utilizado, segundo Meyer (2010), para se referir aos traços de personalidade, comportamentos e atitudes que a cultura impõe aos corpos de acordo com as marcações anatômicas do sexo. Mais tarde, passou por ressignificações, principalmente pelas teorias pós-estruturalistas:

Gênero é o aparato pelo qual a produção e normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performativas que o gênero assume. Supor que gênero sempre e exclusivamente significa as matrizes “masculino” e “feminino” é perder de vista o ponto crítico de que essa produção coerente e binária é contingente, que ela teve um custo, e que as permutações do gênero que não se encaixam nesse binarismo são tanto parte do gênero quanto seu exemplo mais normativo (BUTLER, 2014, p. 253).

Assim o conceito afasta-se das teorias e concepções que tratam o corpo como estrutura biológica e passa a caracterizá-lo como uma construção sociocultural e linguística, originadas pelas relações de poder. E o gênero amplia-se apontando para uma noção de que as pessoas se constituem como homem e mulher num processo que nada tem de linear e harmônico e que existem muitas formas de viver a feminilidade e a masculinidade dependendo do tempo e da sociedade em que se vive.

O segundo vídeo intitulado “IDEOLOGIA DE GÊNERO - O Que Pode Causar em Nossas Crianças”, com 66.259 visualizações, é apresentado a partir de ilustrações, com a narração de um pastor, para explicar os perigos da “ideologia de gênero” para as crianças, explica que a ideologia de gênero defende que meninos e meninas são diferentes não devido aos corpos, mas porque a sociedade (igreja, escola, etc) os obriga e que no futuro ocasionará diferenças entre homens e mulheres e que a solução é eliminar as diferenças entre meninos e meninas, acrescentam ainda que os adeptos desta teoria tendo conhecimento de que família não aceitaria tal proposta, chegaram a conclusão de que a escola seria o melhor espaço para alcançar seu objetivo. Esse vídeo tem uma característica como aos tantos outros que estão circulando nas medias, distorcer, onde é de interesse as teorias reais de gênero para causar pânico, demonizando qualquer perspectiva de gênero nas instituições como a escola, onde há muito tempo vem tentando se implantar uma politica de igualdade dos gêneros, de respeito às diferenças sexuais, com o intuito de tornar a escola um ambiente mais democrático e acolhedor para todos e não só para os que representam a sociedade hegemônica.

Neste mesmo vídeo ainda acrescenta que tal ideologia mostra “absurdos” como o fato de um pai pode usar vestido e passar batom, ou ainda que uma criança pode ter dois pais ou duas mães. Nesse ponto questões muito caras e ainda pautas de conquistas sociais relacionadas a direitos e garantias de não discriminação por orientação sexual e identidade de gênero são desrespeitadas e afrontadas violentamente, pois são vistas como impossibilidades, vivências e experiências são relegadas a invisibilidade, suas existências são negadas. Percebemos aqui como a lógica sexo-gênero-sexualidade é colocada em cena com toda sua força, onde o “sexo vai determinar o gênero e induzir a uma única forma de desejo” (LOURO, 2015, p.15-16) e os corpos devem ajustar-se a este modelo obrigatoriamente sob pena de serem marginalizados e invisibilizados. Aos que insistem em subverter e desobedecer a ordem serão “alvos preferenciais das pedagogias corretivas e das ações de recuperação ou de punição. Para eles e para elas a sociedade reservará penalidades, sanções, reformas e exclusões.” (LOURO, 2015, p.16).

O ataque especial realizado aos corpos trans, trazidos sempre como aberrações, tentam causar pânico no imaginário das pessoas, colocando que o pai usando vestido e batom impondo-se como novo modelo de conduta, no entanto, a visibilidade dos corpos trans é sim muito importante nas diversas instâncias sociais como a escola, não para se impor, mas para mostrar a possibilidade de viver fora da heteronormatividade.

Personagens que transgridem gênero e sexualidade podem ser emblemáticas da pós-modernidade. Mas elas não se colocam, aqui, como um novo ideal de sujeito. Não se pretende instaurar novo projeto a ser

perseguido, não há intenção de produzir nova referência. Nada seria mais antipós-moderno. A visibilidade e materialidade desses sujeitos parecem significativas por evidenciarem mais do que outros, o caráter inventado, cultural e instável de todas as identidades. (LOURO, 2015, p.23).

Sendo assim, a presença de corpos trans na escola, e em outras instâncias sociais, serviriam no mínimo para atender dois importantes objetivos: desnudar a lógica binária e biológica de determinação de gêneros e de sexualidade, mostrando seu caráter inventado e de acordo com Trujillo (2015) servir como representação para estudantes não heterossexuais e como forma de combate a homo-lesbo-transfobia:

la ausencia de representaciones tiene efectos negativos, injuriosos, y su inclusión es el remedio contra la homofobia y el prerrequisito para la autoestima y la existencia segura del alumnado LGTBI en la clase. Sin negar la importancia de esos efectos negativos, sino todo lo contrario, creo que debemos considerar cómo la homo-lesbo-transfobia se presenta así como un problema de representación, un efecto de la ausencia de imágenes de personas trans, lesbianas y gays, o de la distorsión de las mismas. (TRUJILLO, 2017, p. 1535).

Ainda nesse vídeo o pastor finaliza dizendo que a determinação sexual, biológica e de gênero é feita no nascimento pelo “Criador” e que a inclusão da “ideologia de gênero” nas escolas acabaria com as diferenças naturais entre meninos e meninas causando confusão, com isso um menino não saberia que é um menino e a menina não saberia que é uma menina. Neste trecho do vídeo fica claro a presença do cruzamento dos discursos religioso e biológico para classificação de meninos e meninas, mas também fica espaço para podermos problematizar: Já que as aprendizagens sociais não têm participação na construção de gêneros e sexualidades de onde vem esse pânico em se tratar do tema nas escolas, haja vista que todos já estamos com o destino sexual, de gênero e sexual traçado desde o nascimento? Se o criador determina os sexos, o que podemos dizer das pessoas intersexos?

O terceiro vídeo, A ideologia de gênero é um câncer para as crianças, com 26.637 visualizações, é do representante do MBL (Movimento Brasil Livre), que começa fazendo uma crítica ao deputado federal Jean Wyllys e à deputada federal Érica Kokay por apresentarem um projeto de lei que permite que crianças possam trocar de gênero sem autorização dos pais e permitir cirurgias de mudança de sexo sem a necessidade de diagnóstico. Os artigos aos quais se referiu foram transcritos do projeto-lei⁴ e seguem abaixo:

Artigo 5º - Com relação às pessoas que ainda não tenham dezoito (18) anos de idade, a solicitação do trâmite a que se refere o artigo 4º deverá ser efetuada através de seus representantes legais e com a expressa conformidade de vontade da criança ou adolescente, levando em consideração os princípios de capacidade progressiva e interesse superior da criança, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.
§1º Quando, por qualquer razão, seja negado ou não seja possível obter o consentimento de algum/a dos/as representante/s do Adolescente, ele poderá recorrer à assistência da Defensoria Pública para autorização judicial, mediante

⁴ http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1059446

procedimento sumaríssimo que deve levar em consideração os princípios de capacidade progressiva e interesse superior da criança.

§2º Em todos os casos, a pessoa que ainda não tenha 18 anos deverá contar com a assistência da Defensoria Pública, de acordo com o estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Artigo 8º - Toda pessoa maior de dezoito (18) anos poderá realizar intervenções cirúrgicas totais ou parciais de transexualização, inclusive as de modificação genital, e/ou tratamentos hormonais integrais, a fim de adequar seu corpo à sua identidade de gênero auto-percebida. §1º Em todos os casos, será requerido apenas o consentimento informado da pessoa adulta e capaz. Não será necessário, em nenhum caso, qualquer tipo de diagnóstico ou tratamento psicológico ou psiquiátrico, ou autorização judicial ou administrativa. §2º No caso das pessoas que ainda não tenham de dezoito (18) anos de idade, vigorarão os mesmos requisitos estabelecidos no artigo 5º para a obtenção do consentimento informado. (Projeto lei João W. Nery).

A justificativa do projeto segue no próprio texto do projeto-lei que está em tramitação na Câmara legislativa desde 20/02/2013, aonde vem explicando todo o processo de invisibilização dos corpos trans, das diversas exclusões que sofrem ao longo da vida (família, escola, bairro, cidade, etc.), o preconceito e a violência a que são submetidos diariamente, mas, sobretudo a invisibilidade legal, da qual trata o projeto-lei:

O imbróglio jurídico sobre as identidades “legal” e “social” das pessoas travestis, transexuais e transgêneros provoca situações absurdas que mostram o tamanho do furo que ainda existe na legislação brasileira. Graças a ele, há pessoas que vivem sua vida real com um nome — o nome delas, pelo qual são conhecidas e se sentem chamadas, aquele que usam na interação social cotidiana —, mas que carregam consigo um instrumento de identificação legal, uma carteira de identidade, que diz outro nome. E esse nome aparece também na carteira de motorista, na conta de luz, no diploma da escola ou da universidade, na lista de eleitores, no contrato de aluguel, no cartão de crédito, no prontuário médico. Um nome que evidentemente é de outro, daquele “ser imaginário” que habita nos papéis, mas que ninguém conhece no mundo real. (Projeto lei João W. Nery).

O projeto-lei surge numa tentativa de reparar um mínimo de cidadania a pessoas trans que sofrem cotidianamente, pois suas identidades de gênero são negadas oficialmente pelo Estado e pela sociedade, ao mesmo tempo em que a partir das portarias de utilização do nome social (nome pelo qual as pessoas se identificam e são identificadas pela sociedade) já usadas em universidades, governos estaduais, prefeituras e outros órgãos, a lei traria uma solução definitiva e desburocratizada para ajustar os documentos à realidade. Quanto à questão da idade, vale lembrar que grande parte da população trans não pode contar com apoio familiar e inclusive muitos e muitas ainda muito cedo são forçados a saírem de casa.

Sobre a necessidade de diagnóstico para as cirurgias de transgenitalização (cirurgia de mudança de sexo) nos remete à luta para o reconhecimento de que a transexualidade não é doença, um mesmo movimento que aconteceu com a homossexualidade. Com a despatologização dos corpos trans não haveria mais necessidade de diagnóstico (médico, psiquiátrico, psicológico) de doença para a cirurgia e garantindo “livre determinação das pessoas sobre seus corpos”. Segundo Bento (2017) vários países já têm lei que asseguram os

direitos e pessoas trans, como O México, Uruguai e Espanha, mas a legislação mais inovadora é a da Argentina, visto que dispensa o diagnóstico de transtorno de identidade e a alteração de documento é um simples processo administrativo. A autora esclarece ainda que as legislações variam de acordo com a compreensão do legislador tenha de gênero, quanto mais biologizante for esta compreensão mais exigências haverá para cirurgias e alteração de documentos, ou seja, quanto mais próxima da visão do vídeo onde se crê que “ou se nasce homem ou se nasce mulher, e nada poderá alterar a predestinação escrita nos hormônios” (BENTO, 2017, p. 188), tanto mais terão um caráter autorizativo e necessidade de pareceres de especialistas para atestar a validade das demandas das pessoas trans.

Nesse mesmo vídeo é também exibido um trecho de uma luta de mulheres, e comentando que a “ideologia de gênero” é tão absurda que permite que homens batam em mulheres, se referindo ao fato de que uma das mulheres é transexual e por isso venceu a luta, por ser mais forte, completa ainda dizendo que se isso acontecesse há vinte anos esse “homem” seria mandado para a cadeia. Desrespeitando totalmente a identidade de gênero da esportista transexual. Isso porque os corpos das pessoas trans “apresentam diferenças insuportáveis para um contexto marcado pela hegemonia dos discursos que definem os sujeitos por suas genitálias” (BENTO, 2017, p. 59) tornam-se realidades de difícil assimilação. Principalmente quando o homem abdica de sua condição de macho para identificar-se como mulher, gênero inferior e desqualificado, quebrando as normas de gênero hegemônicas porque:

1. Nega a determinação biológica das identidades de gênero;
2. identifica-se com o desvalorizado socialmente. O feminino que seus corpos encarnam é uma impossibilidade existencial e a relação que se estabelece com eles é de abjeção. (BENTO, 2017, p. 60).

Berenice Bento ainda completa que a violência e o fenômeno da abjeção ocorrem principalmente pela simples existência trans e não somente pela identificação com o gênero desvalorizado.

O autor desse vídeo ainda demonstra um profundo desconhecimento sobre a violência contra a mulher quando afirma que se um homem batesse numa mulher a vinte anos atrás estaria preso, isso porque antes da lei Maria da Penha (Lei 11.340/2016), que coíbe e pune a violência contra mulher, a agressão era considerada um delito de menor potencial ofensivo e a maioria dos homens sequer recebiam punição.

Quanto ao quarto vídeo, #FORABUTLER – A criadora da ideologia de gênero vem ao Brasil, com 127.176 visualizações, é basicamente um vídeo apresentando Judith Butler como criadora da “ideologia de gênero”, mostra algumas citações do seu livro Problemas de gênero

para demonstrar que o verdadeiro objetivo da autora é político e que tem raízes no Marxismo, depois passa a questionar se ninguém fará nada para impedir a participação da autora num evento que ainda ocorreria na época da formulação do vídeo aqui no Brasil. Fala ainda “Se nós não combatermos as pessoas que propagam as ideias, as ideias continuarão aí”. E convoca: “Você conservador, cristão, católico, protestante, liberal que não concorda com essa coisa” a se reunir e protestar contra o evento. Aponta que a “ideologia de gênero” tem como estratégia política a dissolução da família e finaliza dizendo: “Judith você não é bem vinda em nosso país, fora Butler”!

Neste vídeo o termo “ideologia de gênero” é utilizado como um “poderoso dispositivo retórico reacionário” como nos alertou Junqueira (2017), criando polêmicas e ameaças contra pessoas que considera criadoras da ideologia, pessoas assim como Butler que contrariem os interesses de grupos e instituições que se declaram como protetores dos valores da família, da religião e da moral. Não se importam se suas teorias não durariam num confronto acadêmico, mas sim, a partir de uma estratégia discursiva atingir potencialmente as pessoas, produzindo convicção e adesão. Junqueira (2017) ainda nos alerta que esses defensores da família tradicional não querem um debate com os adversários, em vez disso preferem ridicularizá-los e estigmatizá-los: “destruidores da família, familiofóbicos, homossexualistas, gayzistas, feminazis, pedófilos, heterofóbicos, cristofóbicos etc.” (JUNQUEIRA, 2017, p.48). Em resumo o objetivo real não é o de compreender o feminismo e os estudos de gênero, mas distorcer e esvaziar as teorias pois,

os inesgotáveis debates, interrogações e problematizações, bem como os instrumentos e os resultados produzidos pelos estudos científicos e acadêmicos [...] são objetivados como uma perigosa, enganosa e ilegítima “teoria/ideologia”, que por meio de “manipulações linguísticas”, produziria a colonização da natureza humana”. (JUNQUEIRA, 2017, p. 48).

É justamente disso que o vídeo fala, do perigo político, do verdadeiro objetivo da “ideologia de gênero” que seria colonizar as mentes enfraquecidas pela destruição da família. Cabe lembrar aqui que toda produção de conhecimento não é desinteressada e as teorias feministas têm sim um fim político, toda existência é política, toda relação em sociedade é política. Quando alguém traz uma narrativa de que não tem objetivos políticos, está somente assumindo que a sua linha política é a dominante. Os estudos de gênero têm interesses políticos na medida em que objetivam mudar a realidade social, que é excludente e desigual.

Outra característica desse vídeo é também caracterizada por Junqueira, a frequência com que tal ideologia é denunciada como uma doutrinação neototalitária de raízes marxistas. Cabe também questionarmos o lugar central que é dado à família, colocada como lugar de segurança, apoio, respeito, cuidado e segurança, no entanto

essa promessa nem sempre são cumpridas no seio familiar, mesmo nas histórias familiares da bíblia onde na “mitologia judaico cristã, temos um Deus-Pai vingativo, que não perdoa nenhum tipo de desobediência do(a) filho(a).” (BENTO, 2017, p. 98). Berenice Bento em seu livro *Transviad@s* nos traz uma coleção de narrativas bíblicas onde se encontram famílias nada afetuosas, onde membros da família se matam, filhas concebem filhos de seus pais. Na atualidade existem milhares de casos em que o seio da família foi palco de crimes onde maridos matam suas esposas, crianças são abusadas por seus responsáveis, filhos e filhas são expulsos(as) de casa. Será esse o modelo de família ideal?

Por este motivo que é importante a introdução dos estudos de gênero nas mais diversas instâncias sociais, inclusive a escola, para disseminar um conhecimento voltado para a aceitação da diferença, visto que nestas instituições a norma repassada é a regra heterossexual, tornando-a natural e até mesmo compulsória, e as práticas que fogem a este modelo são consideradas anormais e sujeitas à punição. Meninos e meninas são escolarizados/as para aprender quais são seus lugares, seus papéis, suas atitudes, seguindo a norma. Diariamente, no contexto escolar, são reproduzidos discursos que buscam normatizar o gênero e a sexualidade no currículo escolar, produzindo práticas de separação e naturalização dos corpos.

Essa reivindicação da não inclusão da “ideologia de gênero” nas escolas, demarcando que a educação deve ser neutra, só serve pra encobrir a educação e produção de conhecimento heterossexista, pois “quando algo apresenta-se como neutro, como “científico”, deve-se desconfiar de que foi feito numa perspectiva masculina, branca, ocidental, cristã e heterossexista” (MISKOLCI, 2015, p. 47).

Algumas conclusões

Em suma, os defensores da moral cristã e da família tradicional, transformaram as pessoas LGBTQI e as mulheres feministas num inimigo ser combatido a qualquer custo. A ampla divulgação da falsa premissa da “ideologia de gênero” despertou um pânico moral, um retrocesso social, num momento de lutas e conquistas na promoção da igualdade de gênero e sexuais.

Os argumentos usados pelos disseminares da falácia da “ideologia de gênero” de que se trata de imposição podem ser aplicadas a eles mesmos, visto que pretendem impor a continuidade das desigualdades entre homens e mulheres, manipulando pessoas sem senso crítico por meio de uma imposição fascista sem fundamento científico. Sem contar que a partir da promoção do alarme e pânico sociais fica cada vez menos perceptível que tais

posicionamentos tiveram sua gênese na religião, contribuindo para adesão de outros setores da sociedade como políticos e gestores públicos que somam-se na luta de defesa da família tradicional.

O tratamento dado ao gênero, como uma ideologia vergonhosa, demoníaca e perversa afeta principalmente as mulheres e pessoas LGBTQI na medida em que ataca bandeiras de luta feministas como o aborto, o enfrentamento do machismo e a violência sexista principalmente nas áreas da educação e da saúde pública, por isso vale dar ênfase que tal projeto busca valorizar a um determinado tipo de humano e desvalorizar, descartar os demais, valorizando somente as maneiras de ser e pensar que se ajustam às normas de gênero e à heteronormatividade.

Referências

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.

BUTLER, J. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**(42), jan-jun. 2014. p. 250-274.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: um dispositivo retórico de ofensiva antifenista. In: DIAS, Alfrancio Ferreira; SANTOS, Elza Ferreira; CRUZ, Maria Helena S. **Gênero e sexualidades: entre invenções e desarticulações**. Aracaju: Editora IFS, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Um Corpo Estranho** – ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autentica, 2015.

MEYER, D.E. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MISKOLCI, R. **Um aprendizado pelas diferenças**. 2 ed.. Belo Horizonte: Autêntica editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2015.

ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1237-1260, jul./set. 2015.

TRUJILLO, G. Pensar desde outro lugar, pensar lo impensable: hacia una pedagogia queer. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1527-1540, dez., 2015.